

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito às treze horas no plenário da Câmara Municipal de Seropédica, sito a Avenida Ministro Fernando Costa, 754 - Centro - Seropédica, sob a Presidência do Vereador José Celso da Costa em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, com a finalidade da apresentação da audiência pública para a prestação de contas do executivo municipal do 3º quadrimestre de 2017 que terá como preletor o Controlador Adjunto Fernando Raniery Dias Bezerra para apresentação o cumprimento das metas do terceiro quadrimestre de dois mil e dezessete para atender a todos os quesitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estiveram presentes: o Secretário de Governo, João José de Almeida Neto, o qual realizou a abertura da audiência com a apresentação do Secretário de Fazenda Nilo Barcelos, do Controlador Adjunto Fernando Raniery Dias Bezerra, o qual estará apresentando a referida reunião, do Controlador Geral Roberto Costa Cortes Filho, da Procuradora Geral Edna Ferreira da Silva, do Diretor de Contabilidade Emerson Alves de Andrade, do Controlador do poder legislativo Djalma e os representantes do Poder Legislativo: Hugo do Canto e Sizenando Fernandes Paixão, os quais compuseram a mesa, e demais munícipes. O Secretário de governo apresentou o funcionário Valmir Monteiro, o qual estará disponibilizando a plenária ficha para que os munícipes apresentem suas dúvidas referentes a tudo o que for apresentado após a audiência. O preletor dá início à reunião cumprimentando a plenária e demais autoridades presentes, mencionando o cumprimento da LRF em seu artigo 9º onde estabelece que a cada quadrimestre seja apresentada a audiência pública para avaliação do cumprimento da metas fiscais, onde os dados informados para facilitar a leitura e visualização serão na casa dos milhares. No primeiro quadro foi apresentada a execução orçamentária da receita no 3º quadrimestre de 2017, onde os dados que serão apresentados não somente do 3º quadrimestre, e sim de todo o exercício de 2017, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo estes os resultados finais do exercício. As receitas arrecadadas ao longo do exercício no total de R\$ 220.247.00 (duzentos e vinte milhões duzentos e quarenta e sete mil), deste total, R\$ 211.263.00 duzentos e onze milhões e duzentos e sessenta e três mil) foram de receitas correntes R\$ 3.359.00 (três milhões trezentos e cinquenta e nove mil) foram de receitas de capital. A movimentação do exercício no orçamento foi na margem de R\$ 5.425.00 (cinco milhões quatrocentos e vinte e cinco mil). No quadro 02, podemos observar que essas receitas já distribuídas por grupo arrecadadas no município de receitas tributárias foram na ordem de R\$ 20.436.00 (vinte milhões quatrocentos e trinta e seis mil), as receitas de contribuição

foram de R\$ 8.468.00 (oito milhões quatrocentos e sessenta e oito mil). Receitas patrimoniais R\$ 3.329.00 (três milhões trezentos e vinte e nove mil), transferências correntes R\$ 175.523.00 (cento e setenta e cinco milhões quinhentos e vinte e três mil) e outras receitas correntes foram na ordem de R\$ 3.505.00 (três milhões quinhentos e cinco mil). No Total de receitas de capital, já foram mencionados o total de R\$ 3.559.00 (três milhões quinhentos e cinqüenta e nove mil), perfazendo um total de R\$ 220.247.00 (duzentos e vinte milhões duzentos e quarenta e sete mil) sendo este o total de arrecadação dentro do exercício de 2017, conforme todos os grupos de receitas. Em observação ao gráfico, podemos verificar como é composta toda a arrecadação do município, sendo a maior parte através de transferências correntes na ordem de 82% e outras fatias de outros grupos de receitas, sendo estas: tributárias, receitas de contribuição, receitas patrimoniais e outras receitas correntes, que são as transferências que são repassadas através do governo federal e estadual; dentro delas estão incluídas as receitas de IFPM, ICMS, etc. Em nosso município o maior número de receitas são através das transferências constitucionais, sendo esta a apresentação das receitas arrecadadas. Logo em seguida foi realizada uma abordagem resumida das despesas até o terceiro quadrimestre de 2017 na ordem de R\$ 187.766.00 (cento e oitenta e sete milhões setecentos e sessenta e seis mil). Despesas correntes R\$ 170.780.00 e despesa de capital R\$ 11.344.00 (onze milhões trezentos e quarenta e quatro mil). A movimentação da despesa intra-orçamentária foi na ordem de R\$ 5.642.000 (cinco milhões seiscentos e quarenta e dois mil), sendo esta a execução orçamentária por grupo. No Detalhamento da despesa por categoria econômica, observamos que o gasto com pessoal está na ordem de R\$ 116.019.00 (cento e dezesseis milhões e dezenove mil), os gastos com juros e encargos da dívida foi na casa de R\$ 600.00 (seiscentos mil) e outras despesas correntes na ordem de R\$ 54.161.00 (cinquenta e quatro milhões cento e sessenta e um mil). Total de despesas de capital: investimentos na casa de R\$ 929.00 (novecentos e vinte e nove mil) e amortização da dívida na ordem de R\$ 10.385.00 (dez milhões trezentos e oitenta e cinco mil), sendo essa a composição da despesa por categoria econômica. Observando o gráfico através de fatias, visualizamos a composição de despesa dentro do município, sendo o maior gasto com pessoal e outras despesas correntes. Fazendo uma distribuição por função de governo, podemos observar quais os maiores e menores gastos, sendo o maior em educação: R\$ 79.253.00 (setenta e nove mil duzentos e cinqüenta e três), saúde R\$ 36.953.00 (trinta e seis milhões novecentos e cinqüenta e três) despesas com administração R\$ 31.569.00 (trinta e um milhões quinhentos e sessenta e nove) e previdências social R\$ 10.603.00 (dez milhões seiscentos e três mil), o restante está na seqüência, sendo exemplificado o gasto com a função legislativa de R\$ 8.138.00 (oito milhões e cento e trinta e oito mil), na seqüência observamos o gasto com as despesas ao longo do exercício, sendo o gasto mais expressivo com a educação, assim como acontece em todo o país. Na composição do resultado orçamentário, sendo calculado um resultado positivo ao término do exercício de R\$ 32.697.00 (trinta e dois milhões e seiscentos e noventa e sete mil) em relação ao saldo do que foi arrecadado e com o que foi gasto, efetivamente houve um superávit na execução orçamentária. Foi apresentado o gráfico

onde demonstra um bom equilíbrio nas contas em relação à execução orçamentária. No próximo quadro, é destacado o gasto com pessoal ao longo do exercício de 2017. Receita corrente líquida R\$ 204.357.00 (duzentos e quatro milhões e trezentos e cinquenta e sete), o total de despesa com pessoal R\$ 104.431.00 (cento e quatro milhões e quatrocentos e trinta e um mil) atingindo o percentual de R\$ 51,10%, sendo possível com o limite atingido ficar abaixo do limite prudencial que é estabelecido na LRF sendo possível restabelecer o índice de pessoal. Na demonstração do gráfico, podemos visualizar que ficou abaixo do limite legal prudencial. No que diz respeito ao resultado primário, sendo destacado no quadro 8, onde o resultado primário corresponde à diferença entre as contas e despesas não financeiras, não consideradas as receitas provenientes de aplicação financeira, operações de crédito, amortização de empréstimo, alienação de bens e juros e encargos da dívida, assim como concessão de empréstimos e amortização da dívida. Através do quadro, é possível ver como se encontram as contas do município. Ao compararmos o total da receita primária, na ordem de R\$ 216.918.00 (duzentos e dezesseis milhões e novecentos e dezoito mil) o total de despesas primárias foi na ordem de R\$ 176.781.00 (cento e setenta e seis milhões setecentos e oitenta e um mil) e o resultado primário alcançado, foi um resultado positivo de R\$ 40.136.00 (quarenta milhões e cento e trinta e seis mil), indicando que as contas do município encontram-se em uma condição saudável, sem dívidas. No próximo quadro são destacados os índices constitucionais de aplicação com a educação na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo o mínimo de 25% de impostos que o município tem a obrigação de cumprir, onde atingimos 35,6% gastos com recurso próprio na educação. Em relação à aplicação do Fundeb, 84,10% gasto com a remuneração do magistério, ultrapassando o limite mínimo que era de 60%. Os gastos com saúde, sendo atingido o índice de 16,4%, foram aplicados na ordem de R\$ 21.147.00 (vinte e um milhões e cento e quarenta e sete mil), na área de saúde com recurso próprio. Com apresentação dos dados que se tornam públicos, podemos traduzir a apuração dos anexos da LRF como relatório resumido de execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal do terceiro quadrimestre de 2017, sendo os dados extraídos não somente dos relatórios, como também dos demonstrativos contábeis de execução do município. Com a apresentação dos dados, podemos observar que houve uma gestão fiscal responsável com os recursos públicos, comprovado pelo equilíbrio das contas públicas. O preletor agradece a atenção dos presentes diante da abordagem. Com a palavra o Secretário de Governo João José, o qual dá abertura aos questionamentos com relação a tudo o que foi apresentado. Foi comunicados aos presentes que as informações encontram-se também disponibilizadas no portal de transparência. Para os assuntos que não foram tratados na apresentação, os mesmos deverão fazer um requerimento e protocolar, solicitando resposta no que gerar dúvida. Foi solicitado que as perguntas sejam referentes ao que foi apresentado. Com a palavra o representante do legislativo Hugo do Canto, o qual cumprimentou todos os presentes e questiona o fato da solicitação do auditório para a apresentação da audiência ter chegado a um curto espaço de tempo, onde o mesmo não ter tido tempo, junto à comissão de finanças e orçamento da câmara para analisar o material a ser apresentado. O Secretário de Governo justifica ter

solicitado para outra data que antecede a atual, porém o presidente da Câmara informou que já havia um compromisso agendado para o espaço em questão. O representante do legislativo Hugo, diz não estar falando sobre a apresentação da audiência, mas sim do relatório que deveria ter chegado com antecedência, onde o mesmo solicita que haja informações mais detalhadas. O mesmo menciona ter solicitado na última audiência que enviassem com antecedência a comissão; onde questiona também a publicidade da audiência mediante a participação da população. O representante do legislativo solicita que seja consignado em ata que irá fazer sua pela comissão de finança e orçamento, sua solicitação aos representantes do executivo que enviem as informações, não podendo o mesmo se manifestar quanto a veracidade dos fatos. O representante do legislativo diz que convocou a comissão no dia anterior, que fez uma ata, protocolando-a, porém não obteve resposta, ficando impossibilitado de analisar os dados. O Secretário de Governo diz que: quanto a divulgação da audiência, que mesma foi feita pelo site que entrou no ar no dia 23 de fevereiro, sendo publicado no diário oficial do município e no quadro de avisos desta prefeitura convidando a população, sendo este um assunto de extrema importância, onde até mesmo as sessões da câmara que são tão importantes, as pessoas as vezes deixam de comparecer. O representante do legislativo solicitou que o material fosse enviado com dez dias de antecedência para que os mesmo pudessem ajudar a divulgar a população. O vereador Sizenando Paixão solicita a palavra onde o mesmo questiona quando será enviado o balancete do mês de dezembro. O preletor informa que a receita corrente líquida foi encaminhada no relatório enviado no dia 21 de fevereiro e menciona que os dados da execução orçamentária sobre o que foi liquidado, pago e arrecadado estão em tempo real no portal da transparência, sendo de acesso livre a qualquer munícipe, os dados da execução orçamentária do município. Foi lida pelo Secretário de Governo a pergunta do Sr. Gilson que diz: Se estamos bem no financeiro, porque a saúde de nossa cidade anda tão mal? O secretário de governo diz discordar do mesmo, sendo esta uma pergunta que o mesmo se propõe a responder fora da plenária, onde o mesmo terá o maior prazer em responder ao munícipe, pois os assuntos da audiência pública são referentes aos números apresentados. Não sendo esse um assunto da finalidade da audiência pública. Caso alguém tenha algum questionamento a fazer, o executivo está aberto a responder, buscando a transparência e correção dos atos, por este motivo a audiência é feita dentro da câmara municipal. Pergunta da professora Roseli, representante do Sepe: ontem olhando o site do TCE, percebi que o gasto com pessoal deu um salto. A que se daria esse salto? E se um reajuste em salarial iria impactar o índice de pessoal? O preletor Fernando respondeu que em comparação com o quadrimestre anterior, houve de fato certo aumento, porém nos últimos meses de 2017, foram feitas contratações na área de saúde e também contratações por tempo determinado na educação e em algumas outras secretarias, fazendo com que aumentasse o gasto com pessoal em relação ao quadrimestre anterior, porém ainda assim, foi respeitado o limite prudencial e a máxima que foi estabelecido pela LRF, assim como também os PCCS que foram estabelecidos a partir de outubro. Qualquer reajuste que é feito na folha, é necessário que seja feito um estudo de impacto financeiro, sendo que qualquer ação nesse sentido, o executivo

irá precisar fazer um cálculo de impacto, tanto em relação a reajuste ou outro tipo de contratação. O representante do legislativo Hugo pergunta quanto foi utilizado na saúde de pessoal e investimentos? O preletor Fernando menciona que informações detalhadas serão disponibilizadas nos relatórios que serão encaminhados a câmara, porém, disponibiliza-se o resumo dos gastos na LRF no anexo 12, destacando as receitas e despesas na saúde, sendo o total com pessoal aplicado na saúde de R\$ 18.798.00 (dezoito milhões setecentos e noventa e oito mil) e com outras despesas R\$ 10.082.00 (dez milhões e oitenta e dois mil), a título de percentual com 17,36%, torna-se o total de R\$ 21.000.00 (vinte e um milhões) englobando despesas com pessoal e outras despesas. Os relatórios detalhados serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Fazenda ao prazo de uma semana após a presente data. Não havendo mais indagações o Secretário de Governo que agradece a presença do presidente da câmara e de todos os representantes do legislativo, executivo e da população, ressaltando a importância da participação de todos no que envolve a vida da nossa cidade. Não havendo mais nada a ser tratado, às treze horas e cinquenta e seis minutos deu-se por encerrada a audiência pública. Eu, Viviane Ribeiro dos Santos, matrícula nº 3053, lavrei a presente ata e a subscrevo

Viviane Ribeiro dos Santos